

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. - CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495934

Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro" ou "Companhia"), subsidiária do PagSeguro Digital Ltda. ("PagSeguro Digital") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagSeguro relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O PagSeguro é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. O PagSeguro obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagSeguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das

Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros. Além disso baseado no artigo nº 102 da BCB nº 352, fica facultado às instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o PagSeguro obteve R\$431.5 bilhões de valor financeiro transacionado em aquisições e atingiu 6,3 milhões de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses). O PagSeguro obteve lucro líquido de R\$793,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os principais fatores destacamos abaixo: (i) As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$4.653,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e está substancialmente relacionada ao resultado de pré-pagamento ao FIDC. (ii) As despesas de intermediação financeira totalizaram R\$5.569,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e está substancialmente ligada ao custo do empréstimo captado junto ao Banco Seguro. (iii) A receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$15.619,6 milhões substancial-

mente representada pela receita de intermediação financeira e pré-pagamento. (iv) As despesas administrativas totalizaram R\$3.642,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esse custo está relacionado aos gastos com marketing e publicidade devido à estratégia de expansão da marca e as despesas com depreciação e amortização do imobilizado e intangível. (v) As despesas operacionais totalizaram R\$8.452,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo representado em sua maioria pelo custo de transações em R\$6.830,3 milhões e o custo de antecipação de recebíveis em R\$497,9 milhões. (vi) As despesas tributárias totalizaram R\$1.427,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 acompanhando a receita de prestação de serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os ativos do PagSeguro totalizaram R\$73.380,6 milhões. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$56.458,5 milhões, sendo substancialmente composto pelo contas a receber da aquisição no valor de R\$55.689,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou R\$5.591,7 milhões, 2025, sendo composto principalmente pelo capital social integralizado. No segundo semestre de 2025 a administração do PagSeguro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$5.353,7 milhões reduzindo o saldo da reserva de lucros acumulados. Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma empresa disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$2.223,9 milhões em intangíveis e imobilizados, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e POS. São Paulo, 30 de março de 2026.

Demonstração do resultado - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto as informações de quantidade de ações e lucro por ação)

	Nota explicativa	2º semestre 2025	Exercício 2025
Receitas de intermediação financeira		2.212.408	4.653.659
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	2.212.408	4.653.659
Despesas de intermediação financeira		(3.064.095)	(5.569.444)
Operações de empréstimos e repasses	24	(3.064.095)	(5.569.444)
Resultado bruto da intermediação financeira		(851.687)	(915.785)
Outras receitas/despesas operacionais		1.406.352	1.764.200
Receitas de prestação de serviços	23	8.332.590	15.619.560
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	94.745	174.200
Outras receitas operacionais		33.344	60.269
Despesas administrativas	25	(1.791.187)	(3.642.407)
Despesas operacionais	26	(4.246.122)	(8.452.784)
Despesas tributárias	27	(755.122)	(1.426.980)
Despesas de pessoal	28	(201.808)	(567.658)
Resultado operacional		554.665	848.415
Despesas não operacionais		(1.128)	(1.433)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		553.539	846.982
Imposto de renda e contribuição social		(142.054)	(53.739)
Provisão para imposto de renda	18	41.453	-
Provisão para contribuição social	18	15.549	-
Imposto de renda diferido	18	(199.056)	(53.739)
Lucro líquido semestre/exercício		411.485	793.243
Quantidade de ações		1.662.133.845	1.662.133.845
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,2476	0,4772

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre 2025	Exercício 2025
Lucro líquido do semestre/exercício	411.485	793.243
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda e instrumentos derivativos	(59.430)	(219.234)
Imposto de renda diferido	15.079	55.627
Resultado abrangente do semestre/exercício	367.134	629.636

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de fluxo de caixa - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º semestre de 2025	31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		553.541	846.983
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:			
Depreciação e amortização	25	890.093	1.784.880
Baixas de imobilizado sem ganho/perda	26	99.802	184.148
Equivalência	10	(94.745)	(174.200)
Total de perdas	26	109.029	207.800
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	25	3.610	3.610
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		651.671	586.682
Variação de ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários	1.753.493	4.685.696	
Reservas compulsórias	(40.000)	440.000	
Contas a receber	(4.474.032)	(7.887.080)	
Contas a receber (a pagar) de partes relacionadas	123.113	245.023	
Instrumentos financeiros derivativos	56.415	132.429	
Impostos a recuperar	66.191	(99.619)	
Outras contas a receber	(52.700)	(58.813)	
Depósitos judiciais	(19.407)	(12.706)	
Obrigações com terceiros	815.426	(1.341.085)	
Conta digital	19.418	(209.719)	
Fornecedores	79.533	(86.982)	
Salários e encargos sociais	50.205	39.986	
Impostos a pagar	(10.143)	(45.281)	
Provisão para contingências	12.962	24.794	
Receita diferido	(13.143)	(36.411)	
Outros passivos	(55.186)	(118.846)	
Caixa gerado pelas atividades operacionais		525.146	(888.711)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.593)	(15.549)
Juros recebidos		2.726.851	5.216.512
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.246.404	4.312.252
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	11	(467.520)	(1.043.221)
Aquisições de intangível	12	(605.160)	(1.805.634)
Dividendos recebidos		469	469
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.072.211)	(2.223.386)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos	15	116.435.290	92.846.969
Pagamento de principal sobre empréstimos	15	(116.571.681)	(92.984.051)
Pagamento de empréstimo		(9.707)	(19.621)
Distribuição de dividendos	21	(1.214.528)	(1.480.559)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		(1.360.626)	(1.637.262)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		813.567	451.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	397.405	759.368
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	1.210.972	1.210.972
Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa		813.567	451.604

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

rentes: Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagSeguro opera e gera renda tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O PagSeguro avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado. O encargo do IPRJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição atual de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028. Impostos diferidos: Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações: • Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e • Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se revertirão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data do balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos. Em decorrência da Lei Complementar 225/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovado um aumento progressivo da CSL para instituições de pagamentos, alterando a contribuição atual de 9%, incidente sobre o lucro ajustado, para 12% a partir de 2026 até 2027 e 15% em 2028. 2.18. Benefícios a empregados: O PagSeguro reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do PagSeguro. A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração. 2.19. Custos sociais: Em 31 de dezembro de 2025 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretos atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos. 2.20. Resultados recorrentes e não recorrentes: A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Com base na definição acima, o PagSeguro não teve nenhuma operação classificada como não recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2.21. Normas emitidas e adotadas: Resolução BCB nº 352/2023; A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o re-

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. - CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35300495934			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			
conhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 – Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), a partir de 1º de janeiro de 2025. Diante disso, o PagSeguro trabalhou na definição de um modelo interno com o objetivo de analisar todas as alterações necessárias para adaptar as classificações e modelos contábeis, bem como estimar a perda esperada associada ao risco de crédito conforme mencionada na nota 2.5, com base nisso, o PagSeguro teve um impacto no patrimônio líquido R\$38.327 milhões de incremento de provisão para perdas esperadas, este incremento abrange as relações interfinanceiras para os recebíveis contra os bancos emissores e os recebíveis de cartão de crédito. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir: a) Contingências: O PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.	Movimentação do intangível:	20. Salários e encargos sociais:	
4. Caixa e equivalentes de caixa:	31 de dezembro de 2025	Gastos com software e tecnologia	31 de dezembro de 2025
Depósitos bancários	167.620	Direito de uso de software	Salários e participações nos lucros
Aplicações interfinanceiras com liquidez	1.043.352	Marcas e patentes	Encargos sociais
	1.210.972	Total	Outros
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias e investimentos no Brasil e no exterior. O valor de remuneração de caixa e equivalentes de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$27.448.			Total – curto prazo
5. Títulos e valores mobiliários:			21. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.473.662, representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal. Para o exercício findo de 2025, o PagSeguro converteu o montante de R\$795.082 através da sua reserva de lucros em capital social. Reserva legal: A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social realizado. A reserva legal totalizou um montante de R\$364.587 e somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos. Para o exercício findo de 2025 não houve constituição dada a distribuição de toda a reserva de lucros. Reserva de retenção de lucros: Não houve a constituição de reserva de retenção de lucros, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e toda a reserva existente foi destinada a dividendos e conversão em capital social. Dividendos: Por meio de reuniões da Diretoria, foi aprovado em 25 de março de 2025 a distribuição de R\$10.238 referente aos dividendos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício de 2024, além disso foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares nos valores de R\$10.568 em 08 de maio de 2025 e R\$245.225 em 09 de maio de 2025, totalizando um montante de R\$266.031 de dividendos pagos absorvidos pela reserva de lucros. No segundo semestre de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$4.558.678. Ajustes de avaliação patrimonial: O PagSeguro reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros negativo no valor de R\$247.237, sendo um ajuste negativo de R\$120.692 devido a marcação a mercado dos ativos financeiros, um impacto negativo de R\$4.588 referente ao efeito dos derivativos contratados nos empréstimos e um impacto negativo de R\$38.327 devido a Res. BCB 4.966 que entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
			22. Receitas operações com títulos e valores mobiliários:
			31 de dezembro de 2025
			Fundos de investimentos (i)
			Depósitos compulsórios
			Debêntures
			Letras financeiras
			Títulos privados
			Outros
			Total
			(i) O saldo refere-se substancialmente a receita de aplicação com os FIDCs, conforme saldo apresentado na nota 5.
			23. Receitas de prestação de serviços:
			31 de dezembro de 2025
			Receita de intermediação
			Receita com pré-pagamento
			Comissionamento
			Receita de adesão
			Outras receitas
			CANCELAMENTOS
			Total
			24. Despesas de operações de empréstimos e repasses:
			31 de dezembro de 2025
			Juros s/ empréstimos - no país (i)
			Juros s/ empréstimos - no exterior
			Custo de SWAP
			Total
			(f) Sobre os juros de empréstimos no país, o montante de R\$5.178.170 em 31 de dezembro de 2025 é com o BancoSeguro, demonstrado na nota 15.
			25. Despesas administrativas:
			31 de dezembro de 2025
			Depreciação e amortização
			Marketing e publicidade (i)
			Despesas com software
			Manutenção de equipamentos
			Contingências
			Honorários e consultorias
			Outras
			(g) O saldo refere-se substancialmente aos gastos com estratégias em veiculações online e offline.
			26. Despesas operacionais:
			31 de dezembro de 2025
			Custo da transação 2
			Subsídio (i)
			Antecipação de recebíveis
			Total de perdas
			Baixa de ativos
			Outras
			(i) Saldo refere-se aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação às operações de atendimento.
			27. Despesas tributárias:
			31 de dezembro de 2025
			COFINS
			PIS
			ISS
			Outros
			Total
			28. Despesas com pessoal:
			31 de dezembro de 2025
			Salários e encargos
			Benefícios
			Participações nos lucros
			Total
			29. Gerenciamento de risco: As atividades do PagSeguro expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (total de perdas), risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagSeguro que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagSeguro, destacam-se: i) Risco cambial: O risco cambial ocorre quando operações à vista ou futuras são mantidas em moeda diferente da moeda funcional do PagSeguro. Uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e os empréstimos os quais possuem instrumentos derivativos para proteção, portanto, o risco cambial é irrelevante no contexto do PagSeguro. ii) Risco Operacional: O PagSeguro define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013. As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagSeguro, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo. iii) Riscos de fraude (“total de perdas”): O PagSeguro utiliza dois processos para controlar o risco de fraude: O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente. O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de chargebacks e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes. iv) Riscos de crédito: O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte. No PagSeguro, o risco de crédito se resume à possibilidade de inadimplência: • emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao PagSeguro as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou • os subadquirentes, que são utilizados pelo PagSeguro para aprovar transações com os emissores. Para a mitigação deste risco, o PagSeguro instituiu um Comitê de Risco de Crédito cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo PagSeguro e assim classificá-los em três grupos: • Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional; • Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basileia e imobilização; e • Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais. Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN. v) Risco de liquidez: O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de o PagSeguro não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o PagSeguro não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma discontinuidade no mercado. O PagSeguro gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2025, o PagSeguro mantém caixa e caixa equivalentes de R\$1.210.972. O PagSeguro possui apenas posições de instrumentos financeiros e empréstimos indexados ao CDI. O PagSeguro conduziu uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros e os empréstimos que estão expostos em 31 de dezembro de 2025. Para esta análise, adotamos alguns cenários simulados para os juros futuros, considerando a manutenção do CDI em 14,90%, um decréscimo de 1% do CDI (totalizando 13,90%) e uma expectativa com a queda para 12,15% do CDI. Com isso, o resultado da receita financeira (com relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (com relação ao certificado de depósito e títulos corporativos) seriam impactadas da seguinte forma:
			31 de dezembro de 2025
			Cíveis
			Trabalhistas
			Total
			Curto prazo
			Longo prazo
			A movimentação das contingências está demonstrada abaixo:
			Em 31 de dezembro de 2024
			Adições
			Pagamentos
			Atualizações
			Em 31 de dezembro de 2025
			O PagSeguro é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis com riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2025. As ações classificadas como perda possível totalizam R\$757.025. Em 15 de outubro de 2021, o PagSeguro foi autuado pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por não recolhimento de IOF sobre operações financeiras (“IOF”) sobre empréstimos entre empresas do grupo. O IOF incide sobre operações de crédito de qualquer natureza, inclusive empréstimos intercompany, o valor desta autuação foi de R\$343.622. O PagSeguro apresentou sua defesa, esclarecendo que as operações realizadas entre o PagSeguro e suas controladas não são operações de crédito. O Grupo possui uma caixa centralizada e, de acordo com a lei, esse tipo de operação não é tributável pelo IOF. Adicionalmente o PagSeguro possui processos de impostos trabalhistas totalizando o valor de R\$214.223.
			Cenário simulado com manutenção do CDI (14,90%)
			Provável cenário para 12,15%
			Cenário simulado para 13,90%
			Transação
			Risco de juros
			Montante
			com redução
			com redução
			Títulos e valores mobiliários
			Reservas compulsórias
			Empréstimos
			Contas digitais
			Total

